

Chapa

Eficiência e integração na gestão das ÁGUAS

Plano de Trabalho
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

2026-2028



A presente proposta representa a construção coletiva de uma chapa comprometida com o fortalecimento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e com o avanço da gestão dos recursos hídricos no território.

Mais do que uma candidatura, trata-se de um posicionamento claro diante dos desafios atuais da Bacia, pautado na responsabilidade, no diálogo e na busca por resultados concretos. A proposta parte do reconhecimento dos avanços alcançados, ao mesmo tempo em que afirma a necessidade de ampliar a efetividade das ações, fortalecer a governança e aproximar o Comitê dos territórios, especialmente dos municípios.

Estruturado a partir das diretrizes do Plano de Bacia, este documento apresenta os fundamentos, objetivos e prioridades que orientarão a atuação da Diretoria Executiva no biênio 2026-2028, com foco na implementação do que foi pactuado, na integração entre os atores e na consolidação do Comitê como instância estratégica na gestão das águas da Bacia do Rio Doce.

A gestão propõe-se fortalecer o Comitê como instância estratégica de governança, capaz de integrar atores, alinhar prioridades e transformar planejamento em resultados concretos para o desenvolvimento ambientalmente responsável do território.

I. JUSTIFICATIVA

A presente chapa nasce da articulação entre os diferentes segmentos que compõem o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, reunindo experiência acumulada, compromisso com a gestão pública e profundo vínculo com o território. Trata-se de uma proposta que reconhece os avanços conquistados pelo CBH Doce, mas que, sobretudo, assume a responsabilidade de dar um passo adiante, com mais foco, coerência e capacidade de entrega.

A gestão participativa é uma obrigação no âmbito dos comitês de bacia. No entanto, esta proposta avança ao assumir como princípio a co-criação, respeitando e integrando tanto aqueles que chegam quanto aos que acumulam experiência na gestão. A co-criação

fortalece o sentimento de pertencimento, amplia o compromisso coletivo e gera maior capacidade de transformação, beneficiando toda a Bacia do Rio Doce.

Destaca-se que a recente revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce estabelece um novo ciclo de atuação, baseado em metas pactuadas, prioridades definidas e instrumentos consolidados. Assim, esta chapa assume como princípio fundamental a centralidade do Plano de Bacia como instrumento orientador da gestão. A proposta apresentada busca fortalecer o papel do Comitê como instância estratégica de governança das águas, ampliando sua capacidade de articulação com os entes federativos, com destaque para os municípios, promovendo maior integração entre planejamento e execução.

Nesse contexto, o enquadramento dos corpos hídricos será tratado como eixo estruturante da gestão. Ele orienta prioridades, organiza investimentos e estabelece o nível de qualidade que queremos e precisamos alcançar. Não há como avançar na gestão da água sem colocar o enquadramento no centro das decisões. Ele será, portanto, o principal referencial técnico e político deste mandato.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer um ponto central que historicamente limitou avanços mais estruturantes na Bacia. Nenhuma mudança significativa acontecerá sem a presença efetiva dos municípios. Não há recurso financeiro suficiente, não há capacidade institucional isolada que dê conta de transformar a realidade da Bacia sem o engajamento das administrações municipais. Por isso, propõe-se uma mudança de postura. Não basta repassar recursos. É necessário construir prioridade. É necessário sensibilizar, aproximar, estar presente, dialogar e envolver os municípios na estratégia. O saneamento precisa deixar de ser um tema periférico e passar a ser entendido como central para o desenvolvimento e para a qualidade de vida.

Essa aproximação será estruturada, contínua e orientada, por resultados. O Comitê precisa estar nos territórios, precisa dialogar com prefeitos, equipes técnicas e sociedade local, precisa se fazer presente para que o Plano de Bacia deixe de ser apenas um instrumento técnico e passe a ser incorporado nas decisões municipais.

A gestão também atuará no fortalecimento da governança interna do Comitê, ampliando a participação qualificada dos seus membros, fortalecendo as câmaras técnicas e garantindo

melhores condições de atuação, especialmente para a sociedade civil. Revisar e aprimorar normativos, qualificar processos e organizar a participação institucional, são medidas necessárias para aumentar a eficiência e a consistência das decisões.

O planejamento será conduzido de forma antecipada, participativa e alinhada ao Plano de Bacia, especialmente na construção e implementação do Plano de Aplicação Plurianual. Não se trata apenas de executar recursos, mas de investir com estratégia, priorizando ações estruturantes e garantindo transparência e acompanhamento dos resultados.

A mobilidade dos conselheiros deve ser reconhecida como indispensável ao pleno funcionamento do Comitê, sendo condição básica para a participação, a representatividade e a efetividade das ações desenvolvidas. Em especial, é fundamental priorizar esse empenho aos membros da sociedade civil, que frequentemente enfrentam maiores limitações para deslocamento, o que pode comprometer sua presença nas reuniões, atividades técnicas e processos decisórios. A garantia de condições adequadas de mobilidade possibilita o fortalecimento da gestão participativa das águas, assegurando que todos os segmentos tenham voz ativa e equilibrada. Sem esse suporte, há risco de fragilização da governança, com redução da diversidade de contribuições e prejuízo à legitimidade das decisões. Investir na mobilidade é, portanto, garantir as condições mínimas para que qualquer ação seja efetivamente realizada, consolidando um Comitê mais inclusivo, atuante e representativo.

A comunicação deixa de ser apenas um instrumento de divulgação e passa a ser uma ferramenta estratégica de mobilização. É preciso dar visibilidade à Bacia do Rio Doce, fortalecer a identidade do Comitê e ampliar sua presença em espaços regionais e nacionais. A agenda da água precisa ocupar lugar de destaque e isso exige uma comunicação mais estruturada, mais presente e mais conectada com a realidade dos territórios.

A educação ambiental será fortalecida como instrumento de transformação, com foco em recursos hídricos, articulada com os órgãos gestores e integrada às estratégias do Plano de Bacia. Não se trata apenas de informar, mas de formar, engajar e mobilizar.

Por fim, esta proposta assume que a gestão dos recursos hídricos exige integração. Integração entre instituições, entre políticas públicas, entre escalas de atuação e entre

diferentes atores. Somente com articulação efetiva será possível otimizar recursos, evitar sobreposições e ampliar o impacto das ações na Bacia.

Esta chapa apresenta um posicionamento claro:

- centralidade do Plano de Bacia;
- prioridade ao enquadramento;
- aproximação com os municípios;
- fortalecimento da governança; e,
- compromisso com resultados concretos.

II. OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS

A atuação da Diretoria Executiva será orientada pelos seguintes objetivos estratégicos:

- ✓ assegurar a implementação das diretrizes, metas e ações previstas no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce;
- ✓ consolidar o enquadramento dos corpos hídricos como instrumento orientador da gestão;
- ✓ estruturar a atuação institucional junto aos municípios da Bacia;
- ✓ priorizar o incentivo e apoio a realização de expedições hidrográficas em rios afluentes, como forma de educação ambiental, mobilização social, integração e conhecimento do hidroterritório;
- ✓ qualificar e ampliar a participação dos segmentos do Comitê, assegurando representatividade e efetividade nas instâncias deliberativas e técnicas;
- ✓ instituir a comunicação como eixo estratégico de mobilização e visibilidade institucional;
- ✓ promover a educação ambiental em recursos hídricos de forma integrada às ações de gestão;
- ✓ integrar a atuação com os comitês de bacias hidrográficas de rios afluentes;
- ✓ assegurar a adequada aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, com transparência e efetividade;
- ✓ garantir condições de suporte técnico, logístico e institucional aos membros do Comitê; e,

- ✓ atualizar e adequar o Regimento Interno e os normativos às necessidades da gestão.

III. DIRETRIZES E AÇÕES PRIORITÁRIAS

Para o alcance dos objetivos propostos, a gestão adotará as seguintes diretrizes e ações prioritárias:

- ✓ implantar rotina de monitoramento mais claras e contínua das metas e ações;
- ✓ estabelecer fluxos que assegurem a conexão entre planejamento e execução;
- ✓ promover o alinhamento das ações com instrumentos de políticas públicas; e,
- ✓ implementar sistemática de avaliação periódica dos resultados.

Relação com os municípios

- ✓ Estruturar agenda permanente de interlocução com gestores municipais.
- ✓ Realizar ações direcionadas de sensibilização sobre saneamento.
- ✓ Induzir a atuação conjunta dos municípios na gestão dos recursos hídricos.

Planejamento participativo e PAP

- ✓ Organizar processos participativos para construção do Plano de Aplicação Plurianual.
- ✓ Direcionar investimentos para ações estruturantes previamente definidas no Plano de Bacia.
- ✓ Disponibilizar informações sobre execução física e financeira das ações garantindo transparência de aplicação de recursos.

Governança e participação

- ✓ Estruturar mecanismos que qualifiquem a atuação dos membros.
- ✓ Consolidar o funcionamento das câmaras técnicas como instâncias de suporte.
- ✓ Disponibilizar apoio técnico e operacional às representações.

Comunicação institucional

- ✓ Definir diretrizes e instrumentos para aplicação de Plano de comunicação do CBH Doce.
- ✓ Organizar a presença institucional em agendas estratégicas.
- ✓ Sistematizar e divulgar informações sobre ações e resultados.
- ✓ Ampliar o reconhecimento institucional da Bacia em diferentes escalas.

Educação ambiental e mobilização social

- ✓ Estruturar programas continuados voltados aos recursos hídricos.
- ✓ Vincular ações educativas às prioridades definidas no Plano de Bacia.
- ✓ Promover iniciativas de formação e capacitação de atores locais.

Integração institucional

- ✓ Estruturar canais de atuação conjunta com entes públicos e órgãos gestores.
- ✓ Viabilizar ações integradas entre diferentes instituições.
- ✓ Racionalizar o uso de recursos e esforços institucionais.

Participação em eventos e fóruns

- ✓ Estabelecer critérios e procedimentos para representação institucional.
- ✓ Sistematizar a devolutiva técnica das participações realizadas.
- ✓ Ampliar a presença do CBH Doce em espaços estratégicos.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta fundamenta-se na integração entre planejamento, articulação institucional e capacidade de execução como condição para a efetividade da gestão dos recursos hídricos.

O compromisso central é implementar o que foi pactuado no Plano de Bacia, promovendo avanços na qualidade e na disponibilidade de água na Bacia do Rio Doce.

A gestão proposta busca fortalecer o Comitê como instância estratégica de governança, capaz de integrar atores, alinhar prioridades e transformar planejamento em resultados concretos para o território.

CHAPA: Eficiência e Integração na Gestão das ÁGUAS

NOME: Hernani Ciro Santana

INSTITUIÇÃO: Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE)/MG

SEGMENTO: sociedade civil

CARGO PRETENDIDO: presidente

NOME: Jorge Borges Martins

INSTITUIÇÃO: SAAE de Itabira

SEGMENTO: usuário

CARGO PRETENDIDO: 1º Vice-Presidente

NOME: Renata Beatriz Almeida Reis Thomaz

INSTITUIÇÃO: Prefeitura de Dom Joaquim

SEGMENTO: poder público

CARGO PRETENDIDO: 2º vice-presidente

NOME: Andressa Christiane Pereira

INSTITUIÇÃO: Instituto Deságua/ES

SEGMENTO: sociedade civil

CARGO PRETENDIDO: secretária-executiva

NOME: Flamínio Guerra Guimarães

INSTITUIÇÃO: Prefeitura de Nova Era/MG

SEGMENTO: poder público

CARGO PRETENDIDO: 2ª secretário-adjunto

NOME: Mariele Fioreze

INSTITUIÇÃO: SUZANO S.A./ES

SEGMENTO: usuário

CARGO PRETENDIDO: 2ª secretária-adjunta